



SÃO PAULO-SP

201200FEV15

INSTRUÇÃO CONTINUADA DO COMANDO

SÚMULA DE ICC Nº 131 - USO DA FORÇA POLICIAL

[www.policiamilitar.sp.gov.br](http://www.policiamilitar.sp.gov.br)

[dec@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:dec@policiamilitar.sp.gov.br)

**1. TEMA: “USO DA FORÇA PELOS AGENTES FISCALIZADORES DA LEI”.**

**2. CALENDÁRIO:**

**2.1. – Início: 01MAR15**

**2.2. – Término: 15MAR15**

**3. REFERÊNCIAS (leitura não obrigatória):**

BRASIL. Lei Nº 13.060, 22 de dezembro de 2014. **Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2014. n. 248 Seção 1, p.3.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** 1940;

CORREA, M.V. **Uso Progressivo da Força.** Apostila SENASP/MJ, Ed. Fábrica dos Cursos: Brasília, 2009;

ONU. Assembléia Geral das Nações Unidas. **Código de Conduta dos Encarregados da Aplicação da Lei.** Resolução 34/169.1979;

\_\_\_\_\_. Assembléia Geral das Nações Unidas. **Princípios Básicos do Uso de Força e Arma de Fogo.** Havana. Cuba.1990.

**4. ASSUNTO A SER LIDO:**

Policial Militar! Nossa atuação deve sempre respeitar os princípios e a filosofia do Policiamento Comunitário e dos Direitos Humanos, protegendo o cidadão e buscando sempre a resolução dos conflitos por meio de uma mediação adequada e oportuna e de uma intervenção pacífica.

Entretanto, o dinamismo operacional nos mostra que nem sempre a resolução de conflitos é possível pela mediação pacífica, somente pelo emprego de técnicas adequadas

de comunicação verbal, logo, por vezes, faz-se necessário que o agente fiscalizador da lei, em resposta a algumas situações, utilize outros recursos (técnicas e equipamentos), com emprego de força, visando a restauração da ordem pública.

O assunto mostra-se polêmico desde a questão terminológica, sendo já utilizada as seguintes expressões:

- ✓ “*Uso Progressivo da Força*” = denota a ideia de que no uso da força sempre haverá uma progressão, quando em verdade pode-se tanto progredir, quanto se regredir, durante o uso da força, conforme o quadro que se apresente na ocorrência;
- ✓ “*Uso Proporcional da Força*” = da mesma forma inadequado, por transmitir a ideia de que deve haver equivalência entre os recursos disponíveis pelos infratores da lei com os da Força Policial, quando em verdade os agentes fiscalizadores da lei devem sempre agir comedido, porém em superioridade de recursos, por representar os interesse e direitos de toda a sociedade na manutenção do estado de ordem, salubre e seguro;
- ✓ “*Uso de Técnicas e Equipamentos Não Letais*” = sabe-se que é equivocada esta expressão uma vez que qualquer técnica ou equipamento utilizado inadequadamente pode ser Letal.

Com isso, tem-se adotado como acertada simplesmente a expressão “**USO DA FORÇA**”, para designar o conjunto de técnicas e procedimentos que representem a atuação dos agentes fiscalizadores da lei, na garantia dos direitos humanos e da ordem pública, sendo relevante para o assunto observarem-se ainda alguns aspectos, tais como:

1. no final do ano de 2014, foi promulgada a **Lei 13.060** que disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional, entretanto a regulamentação das orientações descritas na respectiva norma não demandou por alterações ou adequações em nossos procedimentos policiais, em virtude de seu conteúdo já integrarem nossa estrutura jurídica e técnica.

2. quanto às orientações internacionais, a ONU (Organização das Nações Unidas) editou e publicou o Código de Conduta dos Encarregados da Aplicação da Lei (CCEAL - ONU-1979) e os Princípios Básicos do Uso da Força e de Arma de Fogo (PBUFAF - ONU-1990), institutos que regem os princípios da atuação dos agentes fiscalizadores da

lei e que, com relação ao assunto, no que interessa para a presente instrução, mencionam, dentre outros:

- a limitação do emprego da força, estipulando que os agentes fiscalizadores da lei só podem utilizá-la quando for estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do dever;
- a necessidade do desenvolvimento de armas incapacitantes e de menor potencial ofensivo;
- a responsabilidade dos governos em proporcionar o aparelhamento das instituições policiais com a maior gama de alternativas táticas de menor potencial ofensivo;
- o uso da arma de fogo é uma medida extrema e só deve ser efetivamente utilizada em último caso.

No campo da legislação nacional, possuímos instrumentos que corroboram e respaldam as ações dos agentes fiscalizadores da lei, em face destas orientações internacionais, sendo o principal deles nosso Código Penal, que, em seu artigo 23, traz as excludentes de ilicitude, que são as justificativas que amparam legalmente o “Uso da Força”, estabelecendo que não há crime quando o agente pratica o fato em:

- ✓ *estado de necessidade;*
- ✓ *legítima defesa;*
- ✓ *estrito cumprimento do dever legal* ou *em exercício regular do direito.*

Desse modo, caso seja necessário o uso de força, haverá amparo legal, desde que, de acordo com o parágrafo único do presente artigo, não haja **excesso** por parte do agente fiscalizador da lei.

Neste sentido, importante destacar que segundo o **artigo 25 do Código Penal**, para que se caracterize a legítima defesa, imperioso será que haja o emprego “**moderado**” dos meios para que a ação seja legítima.

Portanto, Policial Militar, é importante saber que para a atuação dentro dos limites legais, devemos observar os princípios basilares da conduta policial, destacadamente:

- ✓ a **legalidade** – significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do



bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso;

- ✓ a **necessidade** – também conhecido como o princípio da menor ingerência possível, segundo o qual, nas suas relações a Administração Pública deve adotar os meios menos onerosos para os particulares.
- ✓ **razoabilidade e proporcionalidade** - tem subjacente a ideia de limitação do excesso, de modo a que o exercício dos poderes, designadamente discricionários, não ultrapassem o indispensável à realização dos objetivos públicos.

Além de estarmos munidos dos equipamentos e preparados tecnicamente para, em nossa atuação, utilizarmos as alternativas táticas de menor potencial ofensivo, disponibilizados por nossa Instituição, para a resolução dos conflitos de forma aceitável e desejável.

Não se esqueça caro Policial que o “*Uso da Força*” é uma resposta dos agentes fiscalizadores da lei frente à atuação e à resistência do cidadão que sofrerá a intervenção policial, seja ela de rotina ou no momento da quebra da lei e da ordem, e que a doutrina do seu emprego estabelece o escalonamento racional dos níveis de força que podem e devem ser empregados pelo agente fiscalizador na seguinte conformidade:

- 1º nível - **presença física do policial** – que inibe a quebra da ordem pela ostensividade demonstrada pelo uso da farda, equipamentos e viaturas e pela postura adotada pelo policial militar;
- 2º nível – **verbalização e mediação do conflito** – destinada a avaliar o ocorrido e apaziguar os ânimos, pelo emprego de entonação e vocábulos adequados, utilizando-se de mensagens claras, precisas e concisas;
- 3º nível – **controle de contato, por meio de técnicas de defesa pessoal** (ações de esquiva e defesa – imobilizações táticas – técnicas contundentes);
- 4º nível – **uso de tecnologias e equipamentos de menor potencial ofensivo** (tonfa e cassetete, escudos, armas neuroincapacitadoras, EPI, espargidores, munições de impacto controlado, entre outros);

➤ 5º nível – **emprego de arma de fogo** - medida extrema e considerada como último recurso individual.

Vale frisar que a ação policial no uso da força deve ser proporcional à resistência oferecida, levando-se em conta a moderação e o esgotamento dos níveis anteriores, e que o seu emprego deve cessar prontamente, no exato momento em que se cessar a ação agressora ou o risco que determinou o seu emprego e, que no caso da atuação ter produzido lesões ou ferimentos na pessoa submetida à intervenção policial, deverá ser providenciado, tão logo seja possível, o devido socorro e atendimento médico;

Lembre-se Policial Militar, o extenso período necessário para sua formação e o treinamento que você recebe de forma continuada (EAP, preleções, ICC, PVT, Treinamento Durante o Serviço, entre outros), acrescidos a sua experiência profissional e nossa cultura operacional, o habilitam como excelente e destacado profissional apto a empregar a força de forma adequada, sempre amparado aos preceitos legais, evitando assim, outros desdobramentos não desejáveis nas esferas penais, administrativas e civis, que poderão comprometer a boa imagem de nossa Instituição. Prepare-se e esteja apto para agir tecnicamente, de maneira moderada e equilibrada, jamais ultrapasse os limites que a lei autoriza e determina. SOMOS UMA INSTITUIÇÃO LEGALISTA.

VOCÊ É MUITO IMPORTANTE, continue buscando informações e mantenha firme o seu desempenho, revelando conhecimento, profissionalismo e responsabilidade, na sua atuação junto à nossa sociedade, desse modo, contribuindo para formar a boa imagem da nossa Instituição.

Responsáveis técnicos e pela elaboração:

1. Cap PM Alexandre Luiz Alves, da DEC;
2. Cap PM Fernando Augusto de Paiva Pacheco, do CeCaP-EEF.

JOSÉ MAURÍCIO WEISSHAUPT PEREZ  
Cel PM Dir Ens Cult

